

**ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS
EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E
CONTABILIDADE**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

**ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS,
ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE**

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração, Conselho Fiscal e Associados
ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Examinamos as demonstrações contábeis da **ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.409 que aprova a NBC ITG 2002/12 - Entidade Sem Finalidade de Lucro, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da associação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, NBC ITG 2002/12 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.409 - Entidades sem Finalidade de Lucro.

Ênfase

Conforme Notas Explicativas nº 11 e 19, a Administração e seus assessores jurídicos entendem não serem contribuintes da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre as receitas de patrocínio realizado por sócios mantenedores, no entanto, a partir de outubro de 2012 a associação passou a oferecer a tributação e realizar o recolhimento em juízo. Nossa opinião não foi ressalvada sobre esse assunto.

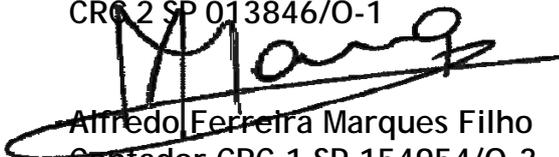
Outros Assuntos

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, datado de 6 de março de 2015.

São Paulo, 28 de março de 2016.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3


Waldemar Namura Junior
Contador CRC-1 SP 154938/O-0

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota explicativa	2015	2014		Nota explicativa	2015	2014
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	394.791	329.065	Obrigações trabalhistas e tributárias	8	58.118	41.386
Contas a receber	5	301.092	454.809	Contas a pagar	9	67.446	16.322
Outros créditos	6	20.100	39.419	Provisão de férias		88.428	75.306
Despesas antecipadas		239	208	Receita antecipada de associados e mantenedores	10	419.542	412.027
		716.222	823.501			633.534	545.041
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	11	230.666	127.529	Provisão para contingências	11	322.807	221.621
Imobilizado líquido	7	23.671	47.394			322.807	221.621
		254.337	174.923	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Patrimônio social	12	195.560	146.546
				Superávit (Déficit) acumulado	12	(181.342)	85.216
						14.218	231.762
TOTAL DO ATIVO		970.559	998.424	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		970.559	998.424

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
RECEITAS OPERACIONAIS			
De contribuições de empresas mantenedoras, comissões, trabalhos voluntários associados e outras receitas líquidas	13	2.191.573	2.706.709
		<u>2.191.573</u>	<u>2.706.709</u>
DESPESAS			
Com pessoal	14	(888.161)	(824.932)
Com serviços de terceiros	15	(314.716)	(326.388)
Comerciais e marketing	16	(880.434)	(1.249.293)
Gerais e administrativas	17	(166.612)	(142.795)
Tributárias	-	(36.898)	(6.244)
Trabalhos voluntários	18	(145.975)	(122.309)
		<u>(2.432.796)</u>	<u>(2.671.961)</u>
SUPERÁVIT (DÉFICIT) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(241.223)	34.748
Resultado financeiro líquido		23.679	4.737
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		<u>(217.544)</u>	<u>39.485</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	2015	2014
SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	<u>(217.544)</u>	<u>39.485</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u><u>(217.544)</u></u>	<u><u>39.485</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2013	195.560	(3.283)	192.277
Superávit do exercício	-	39.485	39.485
Em 31 de dezembro de 2014	<u>195.560</u>	<u>36.202</u>	<u>231.762</u>
Déficit do exercício	-	(217.544)	(217.544)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>195.560</u>	<u>(181.342)</u>	<u>14.218</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

	2015	2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) do exercício	(217.544)	39.485
Itens que não representam movimentação no capital circulante		
- Depreciação	23.723	11.959
- Provisão para contingência	101.186	44.999
Superávit (Déficit) do exercício ajustado	(92.635)	96.443
(Aumento) redução dos ativos:		
- Contas a receber	153.717	(212.655)
- Outros créditos	19.319	241.401
- Despesas antecipadas	(31)	81
- Depósitos judiciais	(103.137)	(54.454)
Aumento (redução) dos passivos:		
- Obrigações trabalhistas e tributárias	16.732	1.061
- Contas a pagar	51.124	(319.004)
- Provisão de férias	13.122	(9.867)
- Receita antecipada de associados e mantenedores	7.515	79.466
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	65.726	(177.528)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de ativo imobilizado	-	(3.204)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	-	(3.204)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	65.726	(180.732)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES		
Saldo do caixa e equivalentes no início do exercício	329.065	509.797
Saldo do caixa e equivalentes no final do exercício	394.791	329.065
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	65.726	(180.732)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em R\$)**

1. Contexto operacional

A Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade é uma Entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo a promoção e a difusão de técnicas e metodologias de trabalhos relacionados ao desenvolvimento das áreas financeiras, contábil e de administração em geral; promoção de intercâmbio intelectual entre seus associados; divulgação de informações de natureza técnica e científica relacionadas com as áreas de atuação descritas acima, e outras atividades que vierem a se tornar importantes face às mudanças tecnológicas e que venham ao encontro aos objetivos dos associados.

As demonstrações contábeis foram emitidas e aprovadas em 26 de março de 2016

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nas Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, tendo optado pela adoção do Pronunciamento Técnico CPC-PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e a NBC ITG 2002/12 - Entidades Sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.409.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas; entre elas, aqueles referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justos e pelo método de ajuste a valor presente, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em R\$)**

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

(b) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contribuições a receber e outros recebíveis, caixas e bancos, assim como, contas a pagar e outras dívidas.

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Entidade tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento a curto prazo com liquidez imediata a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem as contribuições a receber e outros créditos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em R\$)**

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Entidade não possui em aberto, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, transações com instrumentos financeiros derivativos.

(c) Ativos circulante e não circulante

Caixa e equivalentes de caixa

São avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras para negociação ou mantidos até o vencimento.

Contribuições a receber

São registradas ao custo (valores dos mantenedores, associados e eventos promovido pela entidade) e quando aplicável incluem os encargos oriundos dos valores em atraso negociados.

Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo valor líquido de realização.

(d) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, utilizando-se as taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em R\$)**

É realizada, quando aplicável, análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (teste de “impairment”), com base no Pronunciamento Técnico CPC nº 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela resolução NBC T 19.10, CFC n. 1.292 em 07 de outubro de 2010, afim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para redução ao valor recuperável.

(e) Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

(f) Provisões para contingências

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são constituídas por valor considerado suficiente à cobertura de perdas nos processos judiciais de acordo com o CPC PME, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.

(g) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratual ou legalmente.

(h) Apuração do resultado

As receitas e despesas, incluindo os rendimentos financeiros, são reconhecidas na demonstração do resultado pelo regime contábil de competência do exercício.

As fontes de recursos para a manutenção da Entidade são as provenientes das contribuições de associados recebidas, mantenedores e eventos promovidos pela a mesma.

**ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS,
ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em R\$)**

(i) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente dos juros ativos de aplicações financeiras e a atualização dos depósitos judiciais e provisões para contingências. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem basicamente as tarifas bancárias e atualização monetária das provisões para contingências.

(j) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Associação goza de isenção de tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o superávit por se tratar de uma entidade de classe sem fins lucrativos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	1.000	1.000
Bancos:		
HSBC Bamerindus S/A	96.065	235.070
Bradesco S/A	-	1
Santander	10	-
Aplicações financeiras		
Renda Fixa HSBC (FUNDO) - 0,98% CDI	1.991	79.867
Santander (CDB-DI) - 92% CDI	178.908	-
Santander (FUNDO) - 0,72%	579	-
Renda Fixa HSBC (CDB -CDI) - 99% CDI	116.238	-
Renda Fixa Bradesco (CDB)	-	2.799
Renda Fixa Bradesco (INVEST PLUS)	-	10.328
	<u>394.791</u>	<u>329.065</u>

5. Contas a receber

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Mantenedores	301.092	272.809
Eventos - Transparência	-	182.000
	<u>301.092</u>	<u>454.809</u>

**ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS,
ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em R\$)**

6. Outros créditos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
18º. Congresso ANEFAC - Hotel	20.000	-
17º. Congresso ANEFAC - Hotel	-	38.606
Outros valores	100	813
	<u>20.100</u>	<u>39.419</u>

Os outros créditos são referentes ao contrato de aluguel do hotel onde será realizado o 18º. Congresso ANEFAC 2016 que acontecerá de 19 a 22 de maio de 2016 em Gramado Canela, entretanto, contratados em 2015.

7. Imobilizado líquido

	Taxa anual de depreciação %	<u>Custos</u>	
		<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imóveis	4	91.469	91.469
Móveis e utensílios	10	64.795	64.795
Máquinas e equipamentos	10	20.830	20.830
Equipamentos processamento de dados	20	101.379	101.379
Equipamentos telefônicos	10	6.507	6.507
Equipamentos de segurança	10	650	650
Sistemas/programas adquiridos	20	29.676	29.676
		<u>315.306</u>	<u>315.306</u>
Depreciação acumulada		<u>(291.635)</u>	<u>(267.912)</u>
		<u>23.671</u>	<u>47.394</u>

Movimentação de 2015

	<u>2014</u>		<u>2015</u>			
	<u>Custo</u>		<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>Custo</u>
Imóveis	91.469	-	-	-	-	91.469
Móveis e utensílios	64.795	-	-	-	-	64.795
Linhas telefônicas	6.507	-	-	-	-	6.507
Instalações equipamento seg.	650	-	-	-	-	650
Programas e sistemas inf.	29.676	-	-	-	-	29.676
Máquinas e equipamentos	20.830	-	-	-	-	20.830
Equipamento p/ proc. e dados	101.379	-	-	-	-	101.379
	<u>315.306</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>315.306</u>
Depreciação	<u>(267.912)</u>	<u>(23.723)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(291.635)</u>
Total	<u>47.394</u>	<u>(23.723)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.671</u>

**ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS,
ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em R\$)**

Movimentação de 2014

	2013		2014		Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	
Imóveis	91.469	-	-	-	91.469
Móveis e utensílios	64.795	-	-	-	64.795
Linhas telefônicas	6.507	-	-	-	6.507
Instalações equipamento seg.	650	-	-	-	650
Programas e sistemas inf.	29.676	-	-	-	29.676
Máquinas e equipamentos	20.830	-	-	-	20.830
Equipamento p/ proc. e dados	98.175	3.204	-	-	101.379
	312.102	3.204	-	-	315.306
Depreciação	(255.953)	(11.959)	-	-	(267.912)
Total	56.149	(8.755)	-	-	47.394

8. Obrigações trabalhistas e tributárias

	2015	2014
PIS a recolher s/ folha de pagamento	1.141	625
IRRF a recolher	18.892	15.690
FGTS a recolher	7.714	6.156
INSS a recolher	23.339	18.743
Tributos retidos na fonte a recolher	272	172
Cofins a recolher	6.760	-
	58.118	41.386

9. Contas a pagar

	2015	2014
Fipecafi - Fundação	35.032	-
Melia Angra	5.017	-
Arte Natural	6.500	-
Hotel JP	4.518	-
Outras contas a pagar	16.379	16.322
	67.446	16.322

10. Receita antecipada de associados e mantenedores

Contribuições pagas antecipadamente por associados da entidade e mantenedores, que serão realizadas até o término do exercício seguinte, bem como inscrições pagas antecipadamente do 18º Congresso da Anefac que será realizado em maio de 2016.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em R\$)**

11. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2015, a provisão para contingencia provisionada está relacionada a riscos tributários e trabalhistas, conforme demonstramos a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Tributária (a)	230.665	129.479
Trabalhista (b)	92.142	92.142
	<u>322.807</u>	<u>221.621</u>

- (a) Em 04 de outubro de 2012 a Entidade entrou com ação movida contra a União Federal por meio do processo 0017859-23.2012.403.6100 com o intuito de afastar a incidência da COFINS sobre as receitas derivadas de suas atividades próprias, assim estendidas como aquelas descritas em seu Estatuto como necessárias, auferidas para consecução de suas atividades, desde a entrada em vigor da Medidas Provisórias 1807-6/99 com redação mantida pela MP 2.158-35, ora vigente, afastando-se as restrições posteriormente impostas pela Instrução Normativa 247/2002.

A Entidade efetuou a provisão para prováveis contingencias do recolhimento da COFINS referente ao período de outubro de 2012 a dezembro de 2015 e reconhecendo o recolhimento como depósitos judiciais.

Para o período prescricional anterior a outubro de 2012 não foi constituída a provisão da COFINS e depósito judicial.

- (b) No decorrer do exercício de 2013 o ex-funcionário Cideval de Oliveira impetrou uma ação contra a Anefac requerendo FGTS, horas extras, danos morais, multa dos artigos 467 a 477 da CLT e honorários advocatícios. Nossos assessores jurídicos estimaram o montante divulgado como probabilidade de perda.

As movimentações das provisões para contingências e depósitos judiciais estão demonstradas a seguir:

	<u>Tributária</u>	<u>Trabalhista</u>	<u>Total</u>	<u>Depósitos judiciais</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	129.479	92.142	221.621	127.530
Depósito	64.780	-	64.780	66.730
Atualizações	36.406	-	36.406	36.406
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>230.665</u>	<u>92.142</u>	<u>322.807</u>	<u>230.666</u>

12. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio líquido inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos.

**ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS,
ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em R\$)

O superávit acumulado será destinado à manutenção das atividades, para atender dispositivos legais vigentes e continuidade da Associação.

Quando for verificada a impossibilidade de continuidade das atividades da Associação, poderá esta ser dissolvida.

Seus bens serão doados a uma entidade congênere ou fins filantrópicos reconhecidos como de utilidade pública, indicada pela maioria dos Associados presentes na assembleia que deliberou a extinção.

13. Receitas operacionais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Patrocínios	727.952	1.120.623
Mantenedores	466.707	737.981
Eventos	143.561	370.659
Contribuições de associados	540.568	235.935
Congressos	231.589	172.059
Trabalhos voluntários	145.975	122.309
(-) Impostos e deduções	(64.779)	(52.857)
	<u><u>2.191.573</u></u>	<u><u>2.706.709</u></u>

14. Despesas com pessoal

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Salários	(585.471)	(526.411)
Encargos sociais	(178.968)	(182.947)
Benefícios	(123.722)	(115.574)
	<u><u>(888.161)</u></u>	<u><u>(824.932)</u></u>

15. Despesas com serviços de terceiros

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Serviços gráficos	(107.592)	(147.548)
Serviços de assessoria	(121.555)	(115.353)
Serviço de informática	(23.227)	(21.568)
Serviços de consultoria	(23.590)	(14.225)
Serviços de Auditoria	(16.323)	(12.677)
Outros serviços (menores de R\$ 15.000)	(22.429)	(15.017)
	<u><u>(314.716)</u></u>	<u><u>(326.388)</u></u>

**ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS,
ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em R\$)**

16. Despesas comerciais e marketing

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Feiras, promoções e eventos	(880.348)	(1.242.203)
Outras despesas	(86)	(7.090)
	<u>(880.434)</u>	<u>(1.249.293)</u>

17. Despesas gerais e administrativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Utilidades e serviços públicos	(41.303)	(31.162)
Locações	(24.691)	(20.401)
Material de consumo geral	(20.593)	(20.399)
Seguros	(929)	(14.003)
Depreciação	(23.722)	(11.959)
Viagens nacionais	(28.225)	(9.582)
Condução e taxi	(3.482)	(4.063)
Outras despesas (menores de R\$ 10.000)	(23.667)	(31.226)
	<u>(166.612)</u>	<u>(142.795)</u>

18. Trabalhos voluntários

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, que define que o valor voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo de prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Entidade.

A ANEFAC utilizou como parâmetro para determinação de valores do trabalho voluntário a “Pesquisa de Remuneração dos Administradores” elaborada pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa em 2015.

Durante o exercício de 2015 foi registrado para a execução das atividades da Associação um total de 571 horas, totalizando R\$ 145.975 (no exercício de 2014 foram registrados 724 horas, totalizando R\$ 122.309).

Piso	Ano	Qtd. Voluntários	Valor Hora	Horas Voluntárias	Valor Voluntariado- 2015
Presidentes	2015	1	262,35	154	40.402
Conselheiros	2015	11	449,91	140	62.987
Diretores	2015	11	153,74	277	42.586
					<u>145.975</u>

**ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS,
ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em R\$)**

<u>Piso</u>	<u>Ano</u>	<u>Qtd.</u> <u>Voluntários</u>	<u>Valor Hora</u>	<u>Horas</u> <u>Voluntárias</u>	<u>Valor</u> <u>Voluntaria</u> <u>do</u>
Presidentes	2014	2	237	220	52.213
Conselheiros e Diretores	2014	11	139	504	70.096
					<u><u>122.309</u></u>

19. Tributos

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que apresentando superávit em suas contas destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas as demais condições legais.

A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o seguinte: (a) Programa de Integração Social - PIS - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos; (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS - pagamento integral das contribuições devidas e (c) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS - contribuição de 7,6% incidente sobre as receitas de comissões e patrocínios (não é considerado para fins de tributação o patrocínio realizado por sócios mantenedores).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em R\$)**

Quanto à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições, doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional. A administração da Associação entende que todas as receitas auferidas, com exceção das comissões e patrocínio (exceto os patrocínios realizados por sócios mantenedores), inclusive, decorrem de suas atividades próprias, não estando sujeitas à incidência da referida contribuição.

A entidade passou oferecer a tributação do COFINS sobre receita com patrocínio (exceto os patrocínios realizados por sócios mantenedores) no exercício de 2011 e não constituiu provisão para a referida contribuição referente aos exercícios anteriores sujeitos ao período prescricional.

Em 04 de outubro de 2012 a Entidade em ação movida contra a União Federal por meio do processo 0017859-23.2012.403.6100 passou a oferecer a tributação e recolhendo em juízo, em 31 de dezembro de 2015 foram tributados R\$ 230.665 (período de outubro de 2012 a dezembro de 2015).

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos.

20. Seguros - não auditados

Os seguros em vigência foram contratados para cobrir possíveis sinistros com os ativos operacionais da Associação, sendo considerada suficiente pela administração para potenciais perdas.